

FACULDADE DE EDUCAÇÃO: ORIGEM E MISSÃO.*

Newton Sucupira**

Desejo, antes de tudo, expressar meu profundo agradecimento à Diretoria da Faculdade pelo honroso convite que me fez para ser o orador desta solenidade na qual comemoramos os vinte e cinco anos de existência desta instituição. Sem falsa modéstia, eu me pergunto se um professor, embora emérito, que se encontra afastado das lides universitárias, seria a pessoa mais indicada para falar nesta ocasião. Possivelmente a Diretoria tenha querido homenagear-me por ter sido, na década de 60, um dos que se empenharam na criação das Faculdades de Educação. Devo dizer que não sou estranho às primeiras *démarches* no sentido de implantar esta Faculdade. A convite de meu saudoso amigo, o professor José de Faria Gois Sobrinho, a quem presto justa homenagem neste momento, tomei parte nas reuniões preliminares por ele presididas, destinadas a discutir os delineamentos do projeto de criação da nova Faculdade. Estava eu longe de imaginar que viria a proferir a alocução comemorativa de seu vigésimo quinto aniversário, pelo que me sinto grandemente honrado e envaidecido.

Cabe neste momento, a título de proêmio de minha fala, tecer breves considerações sobre o significado de uma comemoração. Comemorar é memorar em comum e publicamente; a comemoração é a cerimônia do recorde. Se atentarmos para o étimo da palavra recordar – do latim *cor, cordis*, coração – vemos que encerra uma significação singular e

* Conferência proferida em 9 de julho de 1993, na solenidade comemorativa do vigésimo quinto ano da Faculdade de Educação da UFRJ.

** Newton Sucupira é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

profunda da qual raramente nos apercebemos no uso comum. Recordar é volver a passar pelo coração o que já uma vez passou por ele. Ou seja, reviver imaginariamente o já vivido. Porém note-se que o recordo não é passivo. Se em nossa mecânica psíquica acontece que uma imagem do pretérito surge automaticamente, isso não é recordar. Ante essa imagem, como em face de tudo o mais, o homem tem que decidir a aceitá-la ou não, e se a aceita é que se põe ativamente a recordar. Recordar é algo de ativo, é um fazer. Não é que o passado venha por si mesmo até nós, mas que, ao contrário, nós é que vamos ao passado, volvemos a ele mercê a essa estranha condição do homem que lhe permite mover-se livremente por todas as dimensões de seu tempo e ser igualmente futuro, presente e passado. Sem dúvida, o que nos importa é ser *hic et nunc*, e ser para o homem é sempre projeção. Mas como para o homem, ser é também ter sido, não podemos ignorar o pretérito na formação de nosso projeto de ser. Por isso o recordar se faz em vista do futuro, e daí que se nos analisamos enquanto estamos entregues à memória, observamos que ao rememorar visamos com um olho o passado e com o outro seguimos atentos ao porvir, como referindo constantemente o que foi ao que pode sobrevir. Assim sendo, a evocação ativa do passado há de ser feita a partir do presente mas em função do futuro. Utilizamos a história com o fito de mostrar como o presente se explica por um passado que não era semelhante a ele, e porque a interpretação que damos a esse presente nos leva a conceber futuros que sejam diferentes desse mesmo presente quanto o presente o é do passado. Sob esse aspecto, ajusta-se perfeitamente a uma comemoração o belo pensamento de Nietzsche na segunda de suas "Considerações Inatuais": "A palavra do passado é sempre palavra de oráculo. Somente enquanto construtores do futuro e sabendo o presente é que podemos entendê-la." Daí a dimensão prospectiva que há de ter toda comemoração. Por isso mesmo, ao comemorar a criação desta Faculdade e seus vinte e cinco anos de história, não basta festejar o seu passado. A comemoração enseja uma ocasião para

empreendermos uma reflexão sobre o ser e o vir a ser do instituto e, eventualmente redefinir o seu projeto, sobretudo quando ainda não se encontrou a si mesma na plenitude de sua identidade.

No convite que me foi dirigido, o Diretor encarece que eu fale "sobre as origens, criação, desenvolvimento, perspectivas e atuais necessidades das Faculdades de Educação." Não se trata, pois, de fazer a história de nossa instituição, de como a Seção de Pedagogia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras se converteu numa Faculdade de Educação, autônoma e estatutariamente em pé de igualdade com as demais faculdades profissionais da Universidade. A temática proposta pelo Diretor é muito mais abrangente e toca o cerne da questão: o porquê, a razão de ser da faculdade de educação em geral, o problema de sua inserção na Universidade, sua missão e suas tarefas, bem como sua responsabilidade em face da educação da sociedade em que se encerra inserida. Como sucede com todo ser histórico, a determinação de sua natureza não pode prescindir de um mergulho em suas origens. Portanto o discurso sobre o ser e que fazer da faculdade de educação há de ser um discurso diacrônico, sem medo de incorrer na falácia genética. Certamente, nos limites razoáveis de uma alocação comemorativa, não poderíamos abordar, em todos os seus aspectos e em profundidade, essa rica e e complexa temática, tal como nos foi sugerida.

A inclusão na universidade de uma unidade dedicada especialmente à formação profissional do educador e ao estudo científico do processo educativo em suas múltiplas manifestações, surge neste século no que respeita à universidade americana. Nas tradicionais universidades européias é fenômeno recente. Ocorre somente após a última grande guerra. Mesmo assim foi com certa relutância que a universidade americana absorveu o *ethos* da educação. Há um século, precisamente em 1892, quando o então Teachers College da Cidade de Nova York pleiteou sua filiação à Universidade de Columbia, recebeu do Conselho Universitário uma resposta negativa, curta e seca: a

educação não existe como área científica, e acrescentava uma outra razão, para o desespero das feministas: além disso a filiação traria mulheres para dentro da Universidade o que não é desejado (*there is no such subject as Education and moreover it would bring into the University women who are not wanted*).

Vários fatores atuaram para quebrar a resistência das universidades a se ocuparem da educação. O intenso movimento educacional que se alastrou nos Estados Unidos desde os fins do século passado, impulsionado pelo ideal da educação pública estendida a todas as camadas da sociedade, a tese de que a escola era o instrumento eficaz de formação de uma cidadania democrática, os progressos das ciências humanas, notadamente da psicologia e aplicação de seus resultados à aprendizagem escolar e à motivação do comportamento, emprestando caráter científico à educação, a convicção crescente de que as escolas normais e mesmo os *teachers colleges* eram insuficientes na preparação dos educadores para as novas tarefas da educação, tudo isso concorreu para atribuir às universidades responsabilidade de prover os educadores da necessária formação científico-profissional. Assim é, que na virada do século, o *Teachers College* terminou por integrar-se à Universidade com o nome de *Columbia Teachers College*, tornando-se a primeira e mais importante faculdade universitária de educação. Atente-se, ainda, para o fato de que John Dewey, o filósofo americano mais destacado da primeira metade deste século e educador de renome mundial, professor de filosofia do Departamento de Filosofia e de Filosofia da Educação no *Teachers College*, com o seu prestígio acadêmico representou papel importante no esforço de aplicação sistemática do método científico à educação na universidade. Seu livro fundamental como educador, "Democracia e Educação", editado em 1916 e que compendia seu ensinamento no *Teachers College*, converteu-se na bíblia do movimento progressivista da educação na época que precede a última grande guerra. Desde então, as universidades de maior prestígio passaram a criar escolas ou *colleges* de educação os quais

concentravam, no âmbito da universidade, toda a formação pedagógica do educador e de toda pesquisa pedagógica.

Na Europa persistia o preconceito contra o status universitário da educação. A escola secundária européia, sendo essencialmente acadêmica em seu conteúdo e orientação, restrita às camadas superiores e médias da burguesia, de caráter eminentemente preparatório para a universidade, entendia-se que o preparo de seus mestres haveria de ser também puramente acadêmico, científico e literário, negligenciando-se o treinamento pedagógico na universidade. A formação especializada do mestre da escola primária e os estudos da metodologia do ensino eram rejeitados para institutos não universitários, como as *pädagogische Hochschulen*, na Alemanha, ou as *Écoles Normales*, na França. Daí um certo divórcio entre a universidade e os problemas concretos da práxis educacional, notadamente no que respeitava à escola primária. Certamente existiam cátedras de Pedagogia na Universidade alemã ou francesa, mas o seu ensino se fazia do mesmo modo que o das disciplinas acadêmicas, resultando daí um pensamento pedagógico acentuadamente especulativo. Ainda na década de 40, eminente mestre da pedagogia universitária, o professor Erich Weniger, catedrático de Pedagogia da Universidade de Göttingen, julgava que a educação não havia alcançado ainda o nível de uma verdadeira ciência, nem oferecia resultados positivos, cientificamente demonstráveis para constituir base e centro de uma Faculdade.

O filósofo Karl Jaspers, um dos mais representativos defensores da idéia humboldtiana de universidade, na reedição de seu clássico "A idéia de Universidade", em 1961, mostrava que as faculdades superiores (Direito, Medicina, Teologia) se constituíram pelo fato de corresponder aos três campos da existência humana que se encontram vinculados ao saber e por eles determinados espiritualmente. E analisando o problema da ampliação dos quadros universitários com a incorporação de novos campos profissionais entendia que o critério de criação de uma nova faculdade é ter por base um "autêntico campo vital."

Com este fundamento admitia ele a inclusão na clássica universidade alemã de mais uma faculdade profissional – a de Tecnologia – por atender a um dos grandes campos de atividades da existência moderna. Ora, se esse critério é válido, como não se justificaria a criação da faculdade de educação na universidade? Que outro campo de existência é mais vital para o homem do que a educação, radicada que é na própria essência do ser humano?

É um lugar comum, mas nem por isso menos verdadeiro, dizer-se que o papel cada vez mais importante que a educação desempenha no mundo contemporâneo influi decisivamente no progresso das ciências pedagógicas, exigindo uma formação de nível universitário. Com efeito, a educação, hoje, não se limita apenas à formação individual e a conservar e transmitir passivamente o acervo cultural de cada sociedade, mas se encontra relativamente a ela numa atitude crítico-dialética e exerce um conjunto de funções extremamente complexas e de importância decisiva para o desenvolvimento total das sociedades. Além de suas finalidades ético-espirituais, costuma-se considerar a educação, no mundo moderno, sob múltiplos aspectos: fator de evolução e crítica da sociedade e de serviço social, ao proporcionar ao indivíduo equipamento técnico-profissional para as diferentes ocupações especializadas; mecanismo racional que permite repartir as tarefas sociais segundo talentos e capacidades e, por consequência maximizar a produtividade; finalmente a politização crescente da ciência e da técnica terminou por converter a educação em arma estratégica fundamental qualquer que seja o enquadramento político e ideológico. O exercício de todas estas tarefas educacionais atingiu tal nível de complexidade científica e técnica que supõe uma formação altamente especializada que só a universidade pode oferecer por intermédio de uma unidade específica.

Tudo isto explica porque o movimento de reforma universitária que agitou vários países da Europa na década de 60, principalmente na Alemanha e na França, determinou uma sensível mudança de mentalidade no que se refere à posição da

educação no âmbito da universidade. Em 1966, o sucessor de Erich Weniger em Göttingen, o professor Heinrich Roth publicava importante artigo com o sugestivo título: "*Warum keine pädagogische Fakultät?*" (Porque não uma faculdade pedagógica?), no qual, além de ressaltar o considerável progresso das ciências da educação, mostrava que uma das condições para a pedagogia atingir pleno desenvolvimento científico em todas as suas especialidades, era justamente a criação da Faculdade Pedagógica, ou de Educação na Universidade. Por essa época o projeto de fundação da Universidade de Bremen previa que o treinamento dos professores de diferentes níveis para o sistema educacional de Bremen seria realizado na nova universidade. Do mesmo modo, em sua reforma, a Universidade de Hamburgo assumiria toda a responsabilidade de formar os professores primários e secundários do sistema escolar da cidade livre de Hamburgo. Em consequência das reformas da década de 60, várias outras universidades alemãs incorporam as escolas superiores de Pedagogia (*pädagogische Hochschulen*), transformando-as em unidades universitárias que concentrariam todas as atividades educacionais da universidade.

Igualmente na França, a reforma Faure, de novembro de 1968, criava na universidade as chamadas "*unités d'enseignement et recherche*", modalidade bem francesa de departamento, surgindo, então, tais unidades destinadas à educação onde se exercia, a docência e a pesquisa no campo pedagógico, oferecendo até o doutoramento de Estado na área educacional. Firmava-se, assim, a convicção de que a educação possuía os requisitos necessários para constituir matéria de uma unidade universitária. Triunfava o princípio defendido com tanta ênfase pelo filósofo John Dewey de que era não somente possível, mas imprescindível o estudo científico sistemático da educação no âmbito da universidade. Não importa que se chame faculdade de educação, centro de educação, departamento ou unidade de ensino e pesquisa, o fundamental é que, a universidade, por intermédio de uma de suas unidades

especializadas se torne responsável pela formação profissional do educador em suas várias modalidades, pela pesquisa pedagógica, bem como pelos serviços de extensão nesse campo.

No Brasil, se a faculdade de educação, enquanto realidade é recente (data dos anos 60), enquanto idéia é relativamente antiga, registrando mais de meio século. Com efeito, a reforma Francisco Campos, de 1931, designava com o nome de Faculdade de Educação, Ciências e Letras o instituto multifuncional que deveria conferir sentido propriamente universitário à reunião administrativa de faculdades profissionais a que se reduzia a universidade brasileira, ao mesmo tempo que se encarregaria da formação de educadores, principalmente o treinamento pedagógico dos professores de ensino secundário. Daí o caráter misto da nova instituição. Reconhecia-se, deste modo, implicitamente que, em face de uma tradição de ensino superior profissional, prevalecia a idéia de que a toda escola universitária deveria corresponder sempre uma especialidade objetivada em termos de profissão liberal, e assim seria prematura a criação de uma faculdade unicamente destinada à pesquisa científica pura. "Ao lado de órgão de alta cultura ou de ciência desinteressada", esclarecia Francisco Campos, "ela deverá ser antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, em cujas divisões se encontrem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar o nosso campo de professores, particularmente os de ensino secundário, porque deles, de modo próximo e imediato, depende a possibilidade de se desenvolver, em extensão e profundidade, o organismo, ainda rudimentar, de nossa cultura." Sente-se, nesse texto, o caráter elitista privilegiando o ensino secundário sem alusão à escola primária básica. De qualquer modo, as críticas que se fizeram à Reforma Francisco Campos não podem obscurecer-lhe o mérito de ter sido a primeira tentativa de dar à incipiente universidade brasileira uma organização e caráter autenticamente universitários. Dois pontos altamente positivos se destacam nessa reforma: primeiro, o de haver procurado dotar o ensino superior brasileiro,

tradicionalmente profissionalizante, de uma instituição destinada à pesquisa pura aos altos estudos nos domínios da filosofia, ciências e letras; segundo, o de introduzir os estudos pedagógicos na Universidade, assegurando, pela primeira vez no Brasil, uma formação sistemática, especializada do educador, particularmente do docente da escola secundária.

A instituição idealizada por Francisco Campos não chegou a ser instalada com o nome da Faculdade de Educação Ciências e Letras. Em 1934, criava-se a Universidade de São Paulo com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, figurando em seu plano também um Instituto de Educação, como unidade especial para a formação pedagógica. Na mesma época, sob a inspiração de Anísio Teixeira, era fundada a Universidade do Distrito Federal, experiência inédita de adaptação inteligente do modelo universitário americano, contando entre seus estabelecimentos uma escola de Educação. Do mesmo modo, a lei de 1937 que reestruturou a Universidade do Rio de Janeiro, com o nome de Universidade do Brasil incluía em seu plano, ao lado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma Faculdade de Educação.

Apesar dessas iniciativas a idéia de uma unidade universitária especialmente consagrada aos estudos pedagógicos não vingou, desde então, em nosso ensino superior. Logo após, em 1939, organizava-se a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, incluindo uma Seção de pedagogia compreendendo dois cursos: o de Didática, em nível de pós-graduação destinado à formação pedagógica dos bacharéis em filosofia, ciências ou letras que desejassem abraçar a carreira de professores da escola secundária; o curso de pedagogia, de graduação, encarregado da formação do assim denominado "técnico em educação". Erigida a Faculdade Nacional de Filosofia em instituição padrão, todas as outras que se fundaram no País se conformaram ao seu modelo. Prevaleceu, assim, o esquema originário da Reforma Francisco Campos de um instituto multifuncional, mas com expressiva mudança de nome

para denotar o caráter essencialmente acadêmico da nova faculdade. na época, ainda não havia amadurecido suficientemente em nossas elites a consciência dos problemas educacionais nem se generalizara a convicção de que o educador carecia de uma formação técnico-profissional especializada para a qual se tornara indispensável uma instituição própria. Faltavam os supostos culturais e as motivações sociais necessárias à criação de uma Faculdade de Educação.

É de todos conhecido o destino que tiveram as Faculdades de Filosofia e não seria o nosso propósito aqui fazer análise de seu desempenho. Se as considerarmos em sua função de preparar docentes da escola média e formar especialistas em educação, haveremos de convir que neste particular, são passíveis de severas críticas. Porque se algumas delas lograram desenvolver a pesquisa científica e treinar especialistas competentes nos diversos ramos do saber é lícito duvidar que tenham cumprido satisfatoriamente sua missão de educar mestres para a moderna escola secundária. Ressentiram-se da falta de uma clara consciência do problema, de uma precisa concepção dos métodos e objetivos da formação pedagógica profissional. Mais ainda, a predominância do ideal acadêmico impediu que estas faculdades assumissem plenamente sua função pedagógica. Como observou Anísio Teixeira, "o caráter que as Faculdades de Filosofia assumiram no curso de sua evolução, afastou-as do estudo e da preocupação pelos problemas do magistério secundário e do primário e limitou-se à formação, quanto muito, dos especialistas nas disciplinas literárias e científicas, tendo mais em vista o ensino superior ou cultura vocacional das escolas normais." Isso explica que os Departamentos de Educação tenham sido, em geral, os de menor prestígio e que a formação pedagógico-profissional do futuro professor se tenha reduzido ao mínimo exigido por lei para obter a licenciatura. Esse treinamento profissional ministrado no antigo Curso de Didática e, com o advento das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.021, de dezembro de 1961), nas matérias pedagógicas da

licenciatura com o currículo mínimo definido pelo CFE, constava normalmente de uma série de disciplinas teóricas, mais de caráter *livresco* diríamos, acompanhadas de uma quase *pro forma* prática de ensino proporcionada nos Colégios de Aplicação. Por sua vez, os chamados Cursos de Pedagogia, desviados de seus verdadeiros objetivos, terminaram praticamente assimilados às demais licenciaturas, obtendo seus diplomados direito ao ensino de matérias acadêmicas do curso secundário. A verdade é que as Faculdades de Filosofia, em geral, falharam em sua missão pedagógica, em sua tarefa de preparar professores para a moderna escola secundária em consonância com as transformações da sociedade brasileira, de formar educadores especializados capazes de planejar o sistema educacional de uma nova sociedade e elaborar novos métodos que possibilitassem a renovação didática de uma escola primária e média que se expandia desordenadamente.

A CONSCIÊNCIA crítica de tais problemas se fez sentir nos movimentos de reforma universitária surgidos nos fins da década de 50, levando os educadores a representar o modelo de faculdade de filosofia. Assim é que o projeto da Universidade de Brasília, idealizado por Darcy Ribeiro, convertido em lei, em dezembro de 1961, substituiu a faculdade de filosofia por um sistema de institutos que se ocupavam do ensino e da pesquisa nos diferentes campos das ciências e das letras, criando uma Faculdade de Educação que concentraria, na Universidade, toda a formação pedagógica e toda a pesquisa educacional. Esse mesmo esquema inspirou a reestruturação das universidades determinada pela Reforma Universitária em 1968. Desdobrada a Faculdade de Filosofia em unidades correspondentes às suas áreas de conhecimentos básicos, restava a Seção de Pedagogia que não se enquadrava em nenhuma daquelas áreas. A solução normal era transformá-la em Faculdade de Educação conforme se efetuou. Mas seria desconhecer inteiramente o sentido e a importância da nova faculdade, considerá-la como simples resultado da mecânica da reestruturação universitária. Como se

para denotar o caráter essencialmente acadêmico da nova faculdade. Na época, ainda não havia amadurecido suficientemente em nossas elites a consciência dos problemas educacionais nem se generalizara a convicção de que o educador carecia de uma formação técnico-profissional especializada para a qual se tornara indispensável uma instituição própria. Faltavam os supostos culturais e as motivações sociais necessárias à criação de uma Faculdade de Educação.

É de todos conhecido o destino que tiveram as Faculdades de Filosofia e não seria o nosso propósito aqui fazer análise de seu desempenho. Se as considerarmos em sua função de preparar docentes da escola média e formar especialistas em educação, haveremos de convir que neste particular, são passíveis de severas críticas. Porque se algumas delas lograram desenvolver a pesquisa científica e treinar especialistas competentes nos diversos ramos do saber é lícito duvidar que tenham cumprido satisfatoriamente sua missão de educar mestres para a moderna escola secundária. Ressentiram-se da falta de uma clara consciência do problema, de uma precisa concepção dos métodos e objetivos da formação pedagógica profissional. Mais ainda, a predominância do ideal acadêmico impediu que estas faculdades assumissem plenamente sua função pedagógica. Como observou Anísio Teixeira, "o caráter que as Faculdades de Filosofia assumiram no curso de sua evolução, afastou-as do estudo e da preocupação pelos problemas do magistério secundário e do primário e limitou-se à formação, quanto muito, dos especialistas nas disciplinas literárias e científicas, tendo mais em vista o ensino superior ou cultura vocacional das escolas normais." Isso explica que os Departamentos de Educação tenham sido, em geral, os de menor prestígio e que a formação pedagógico-profissional do futuro professor se tenha reduzido ao mínimo exigido por lei para obter a licenciatura. Esse treinamento profissional ministrado no antigo Curso de Didática e, com o advento das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.021, de dezembro de 1961), nas matérias pedagógicas da

licenciatura com o currículo mínimo definido pelo CFE, constava normalmente de uma série de disciplinas teóricas, mais de caráter livresco diríamos, acompanhadas de uma quase *pro forma* prática de ensino proporcionada nos Colégios de Aplicação. Por sua vez, os chamados Cursos de Pedagogia, desviados de seus verdadeiros objetivos, terminaram praticamente assimilados às demais licenciaturas, obtendo seus diplomados direito ao ensino de matérias acadêmicas do curso secundário. A verdade é que as Faculdades de Filosofia, em geral, falharam em sua missão pedagógica, em sua tarefa de preparar professores para a moderna escola secundária em consonância com as transformações da sociedade brasileira, de formar educadores especializados capazes de planejar o sistema educacional de uma nova sociedade e elaborar novos métodos que possibilitassem a renovação didática de uma escola primária e média que se expandia desordenadamente.

A CONSCIÊNCIA crítica de tais problemas se fez sentir nos movimentos de reforma universitária surgidos nos fins da década de 50, levando os educadores a representar o modelo de faculdade de filosofia. Assim é que o projeto da Universidade de Brasília, idealizado por Darcy Ribeiro, convertido em lei, em dezembro de 1961, substituiu a faculdade de filosofia por um sistema de institutos que se ocupavam do ensino e da pesquisa nos diferentes campos das ciências e das letras, criando uma Faculdade de Educação que concentraria, na Universidade, toda a formação pedagógica e toda a pesquisa educacional. Esse mesmo esquema inspirou a reestruturação das universidades determinada pela Reforma Universitária em 1968. Desdobrada a Faculdade de Filosofia em unidades correspondentes às suas áreas de conhecimentos básicos, restava a Seção de Pedagogia que não se enquadrava em nenhuma daquelas áreas. A solução normal era transformá-la em Faculdade de Educação conforme se efetuou. Mas seria desconhecer inteiramente o sentido e a importância da nova faculdade, considerá-la como simples resultado da mecânica da reestruturação universitária. Como se

fora escola residual compreendendo os cursos preexistentes da extinta faculdade de Filosofia que não puderam integrar-se no sistema de ensino e pesquisa básicos. Decerto, não se justificaria sua criação se fosse para manter apenas os cursos pedagógicos já em funcionamento com seus objetivos tradicionais e em moldes rotineiros. Tínhamos em mira, ao contrário, instituir uma realidade de pesquisa e de extensão com vistas às necessidades de expansão e aperfeiçoamento do sistema escolar do País. a Faculdade de Educação deve ser entendida como produto do imperativo de nosso esforço educacional, vinculada à necessidade de ampliação e aprimoramento dos quadros de formação de professores e especialistas em educação, à exigência de estímulos à produção de um pensamento pedagógico capaz de forjar as categorias próprias em função das quais possamos pensar o projeto da educação nacional adaptado às transformações sociais que se impõem.

Decorridos vinte e cinco anos de criação das faculdades de educação, caberia indagar: em que medida estas faculdades atingiram os altos objetivos em vista dos quais foram criadas? Até que ponto contribuíram para a renovação das práticas educacionais e formulação de um autêntico pensamento pedagógico nacional? Tanto quanto saibamos, não se fez ainda uma avaliação tecnicamente rigorosa que nos permitisse emitir julgamento seguro sobre o desempenho de tais instituições. Hoje se encontram em funcionamento algumas dezenas de escolas universitárias de educação e um pessimista diria que nelas respigamos mais joio do que trigo. Evidentemente, seria ingênuo esperar que todas elas apresentassem o mesmo padrão de qualidade. Mas, se numa avaliação genérica, tomando como indicadores, o volume da produção pedagógica e das pesquisas educacionais no Brasil, antes e depois das faculdades de educação, não há dúvida de que restaria um salto altamente positivo para essas faculdades.

É bem verdade que boa parte dessa produção, proveniente de uma pedagogia marxista ou submarxista, consiste

na aplicação simplificada de conceitos de Bourdieu, Baudelot-Estabet, Gramsci em primeiro lugar, Manacorda e mais recentemente o americano Giroux. Conceitos repetidos num psitacismo enfadonho, sem que o seus usuários se dêem conta do crescente anacronismo de tais ideologias. De qualquer modo as faculdades de educação propiciaram o debate pedagógico e relevantes pesquisas educacionais. E isto se deve, antes de tudo, à pós-graduação *stricto sensu* que hoje registra 42 cursos de mestrado e doutorado em educação. Neste particular, diríamos que as faculdades de educação se empenham na realização dos objetivos para os quais foram criadas. Ressalte-se o fato de que nossa Faculdade se inclui no número das pioneiras em pós-graduação ao implantar o mestrado em 1972 e o doutorado em 1980. O Laboratório do Imaginário Social em Educação, recentemente instalado por iniciativa da professora. Nilda Teves, com pleno apoio do Diretor professor Jorge Ferreira, constitui promissor centro de pesquisas numa área que ainda está por ser devidamente explorada no Brasil.

Sem dúvida, muitas deficiências podem ser apontadas em nossas faculdades, mas em grande parte decorrem da situação de crise em que vivem as universidades brasileiras. Não se pode julgar isoladamente o desempenho das faculdades de educação, mas no contexto da universidade em que se inserem. E, sob esse aspecto, caberia perguntar: que atenção têm dispensado as universidades às suas faculdades de educação com o propósito de torná-las centros eficientes de formação pedagógica e de pesquisa educacional?

A verdade é que, desde os tempos da Faculdade de Filosofia, o setor pedagógico não mereceu especial atenção das universidades. E as coisas não mudaram muito depois de criadas as faculdades de educação. Logo na fase inicial de sua implantação, uma de nossas grandes universidades pretendeu esvaziar sua faculdade da maior parte de seu conteúdo científico, reduzindo-a praticamente ao setor de Didática. Foi necessário que em 1969, fosse aprovado um parecer do Conselho Federal de

educação, por sinal de minha autoria, no tempo em que o conselho gozava de autoridade no ensino superior, no qual definíamos o conteúdo científico das faculdades de educação. Neste parecer procurei demonstrar com argumentos epistemológicos que a Faculdade de Educação era o lugar natural das disciplinas tais como filosofia da educação, história da educação, sociologia educacional, psicologia educacional, administração educacional, em razão mesma da especificidade de seus objetivos formais.

Faz-se necessário que a universidade se compenetre de que a faculdade de educação deve concentrar a formação pedagógica dos licenciados e todas as pesquisas e atividades de extensão no campo da educação. Ao emitir este enunciado, não preciso invocar a lei, apenas estou me reportando a um princípio básico, racional, de organização universitária que Darcy Ribeiro, em seu projeto da Universidade de Brasília, assim formulou: "Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalação e equipamentos e permitir a concentração dos recursos de pessoal." A racionalidade deste princípio é tão patente que foi incorporado à Reforma Universitária de 1968.

Imagine-se o despropósito que seria se cada instituto encarregado do conteúdo científico ou literário da licenciatura também proporcionasse formação pedagógica ao licenciado. Haveria tantos mini-cursos de didática quanto as licenciaturas. No que se refere às didáticas especiais ou metodologia do ensino das diferentes disciplinas, há um problema a considerar. O professor de tais matérias, como é óbvio, deve conhecer, ao mesmo tempo, os procedimentos didáticos e o conteúdo da disciplina cuja metodologia vai ensinar. É evidente que não basta alguém possuir a fundo noções que são o fruto de uma longa maturação racional para ser capaz de as transmitir a inteligências imaturas, independente de um treinamento didático. Por outro lado seria ineficaz o ensino da metodologia que consistisse num conjunto de receitas formais de aprendizagem. Há sempre o risco de resvalar para o didaticismo puramente formal, dissociado do

conteúdo. Por isso mesmo, o professor da chamada Didática Especial, embora pela natureza de sua disciplina deva pertencer aos quadros da Faculdade de educação, necessita estar em contacto permanente com os setores da ciência cuja didática vai ensinar. Doutra forma correria o risco de esterilizar-se, ou desatualizar-se, sobretudo no campo das ciências, onde é vertiginoso o progresso dos conhecimentos. Uma solução para o problema seria a que os americanos denominam de *joint appointment*, isto é, designação conjunta. O professor da Didática Especial de Física, sendo ele mesmo físico, embora lotado na Faculdade de Educação, manteria vinculação com o Departamento de Física.

Sem dúvida, o professor da escola secundária há de conhecer bem sua matéria e saber ensiná-la. Mas deve ser também um educador, e para isso há de ser preparado para exercer sua função educativa. E isto não se consegue apenas com técnicas apuradas de ensino e sim com uma formação pedagógica que é da competência pedagógica da Faculdade de Educação.

Importa, no entanto, evitar o erro oposto que consiste em negligenciar o aprendizado da disciplina como tal e as técnicas de ensino em benefício de uma ação educativa que, na realidade, não passa de uma doutrinação ideológica. É a posição típica dos que se apóiam em Gramsci para fazer da escola trampolim de revolução cultural. Em geral, os gramscianos brasileiros parecem esquecer que o pensador italiano preconizava uma estrita disciplina intelectual na escola. O próprio Piaget tem sido objetivo de uso ideológico. O chamado construtivismo, nele fundado, costuma utilizar a seguinte fórmula: "construção do conhecimento a partir da condição social do aluno". Fórmula ambígua. Se se trata de princípio didático é sempre possível e útil ensinar as disciplinas a partir da experiência de vida do aluno. Mas o que se pretende, com esse princípio, não é a formação intelectual do aluno, e sim o uso da disciplina como instrumento de doutrinação ideológica.